

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista – Sicoob UNIBV
Boa Vista/RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista – Sicoob UNIBV, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UNIBV em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de março de 2018.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA

CNPJ: 02.137.018/0001-65

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2017	2016	Discriminação	NOTA	2017	2016
Circulante		12.399.967	11.930.456	Circulante		13.330.567	12.849.317
Disponibilidades	04	182.838	132.379	Depósitos	13	12.982.700	12.517.463
Títulos e Valores Mobiliários	05	-	261.488	Depósitos à Vista		4.190.284	2.931.626
Relações Interfinanceiras	06	5.361.007	5.086.224	Depósitos a Prazo		8.792.416	9.585.837
Centralização Financeira		5.361.007	5.086.224	Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	-	45.104
Operações de Crédito	07	6.770.784	6.137.165	Empréstimos no País - Outras Instituições		-	45.104
Operações de Crédito - Setor Privado		7.159.937	6.447.547	Outras Obrigações		347.867	286.750
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(389.153)	(310.382)	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	15a	8.217	676
Outros Créditos	08	76.382	300.019	Sociais e Estatutárias	15b	133.917	65.143
Avais e Fianças		66.981	960	Fiscais e Previdenciárias	15c	29.553	26.405
Rendas a Receber		27.359	44.489	Diversos	15d	176.180	194.526
Diversos		11.518	254.858				
(-) Provisão para Outros Créditos		(29.476)	(288)				
Outros Valores e Bens	09	8.956	13.181				
Despesas Antecipadas		8.956	13.181				
Não Circulante		6.070.559	4.984.475	Patrimônio Líquido		5.139.959	4.065.613
Realizável a Longo Prazo	07	4.721.058	3.906.888	Capital Social	18a	3.451.452	2.926.566
Operações de Crédito		4.981.019	4.007.468	Reserva de Sobra	18b	1.322.201	859.359
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(259.961)	(100.580)	Sobras do Exercício	18d	366.306	279.688
Investimentos	10	708.166	588.978				
Ações e Cotas		708.166	588.978				
Imobilizado de uso	11	626.562	469.844				
Outras Imobilizações de Uso		314.874	259.687				
Imóveis de Uso		459.990	384.990				
(-) Depreciações Acumuladas		(148.302)	(174.833)				
Intangível	12	14.773	18.765				
Softwares		23.850	33.980				
(-) Amortizações Acumuladas		(9.077)	(15.215)				
TOTAL DO ATIVO		18.470.526	16.914.930	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.470.526	16.914.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor PresidenteEdison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo-FinanceiroEmerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA

CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstração das Sobras e Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.052.438	3.845.403	2.666.925
Operações de Crédito	21a	2.052.438	3.845.403	2.645.794
Rendas de Aplicações		-	-	21.131
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(554.324)	(1.524.826)	(1.620.266)
Operações de Captação no Mercado	13	(370.994)	(910.284)	(1.087.743)
Operações de Empréstimos e Repasses		(26.485)	(56.879)	(592)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(156.845)	(557.663)	(531.931)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.498.114	2.320.577	1.046.659
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(746.436)	(1.355.308)	(685.056)
Receitas de Prestação de Serviços		120.985	204.758	46.592
Receitas de Tarifas Bancárias		76.587	137.647	94.117
Despesas de Pessoal		(548.806)	(1.033.646)	(891.452)
Outras Despesas Administrativas	21b	(610.599)	(1.196.956)	(857.268)
Despesas Tributárias		(13.179)	(20.100)	(5.642)
Outras Receitas Operacionais	21c	272.085	640.207	1.023.477
Outras Despesas Operacionais	21d	(43.510)	(87.217)	(94.880)
RESULTADO OPERACIONAL		751.678	965.269	361.603
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21e	110	(298)	11.910
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		751.788	964.971	373.513
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.288)	(18.063)	(8.599)
Provisão para Imposto de Renda		(3.885)	(8.467)	(4.031)
Provisão para Contribuição Social		(4.403)	(9.596)	(4.568)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		743.501	946.908	364.914
Juros Sobre o Capital Proprio		(301.773)	(301.773)	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		441.728	645.135	364.914
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(278.829)	(278.829)	(85.226)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(95.675)	(95.675)	(50.265)
Reserva Legal		(183.154)	(183.154)	(34.961)
SOBRAS DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		162.899	366.306	279.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo-Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA
CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.827.145	(24.763)	549.361	275.037	3.626.780
Integralizações/Subscrições de Capital	299.230	(47.163)	-	-	252.067
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	-	275.037	(275.037)	-
Devolução de Capital	(127.883)	-	-	-	(127.883)
Sobras	-	-	-	364.914	364.914
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	34.961	(34.961)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(50.265)	(50.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.998.492	(71.926)	859.359	279.688	4.065.613
Integralizações/Subscrições de Capital	412.537	(45.310)	-	-	367.227
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	-	279.688	(279.688)	-
Devolução de Capital	(137.234)	-	-	-	(137.234)
Incorporação de Juros ao Capital	294.893	-	-	-	294.893
Sobras	-	-	-	645.135	645.135
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	183.154	(183.154)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(95.675)	(95.675)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.568.688	(117.236)	1.322.201	366.306	5.139.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo-Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA

CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(947.938)	197.553	(1.407.834)
Sobras / (Perdas) ajustadas	613.971	1.232.405	926.176
Sobras do Exercício	441.728	645.135	364.914
Depreciações	13.402	25.615	26.474
Amortizações	1.996	3.992	2.857
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	156.845	557.663	531.931
(Aumento) redução nos Ativos	(1.151.338)	(1.516.103)	(4.068.785)
Títulos e Valores Mobiliários	-	261.488	(39.307)
Operações de Crédito	(1.236.732)	(2.005.453)	(4.167.780)
Outros Créditos	72.703	223.636	149.739
Outros Valores e Bens	12.691	4.226	(11.437)
Aumento (redução) nos Passivos	(410.571)	481.251	1.734.775
Depósitos	(428.482)	465.238	1.921.004
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(45.104)	(220.557)
Outras Obrigações	17.911	61.117	34.328
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(119.068)	(301.522)	(162.854)
Aumento dos Investimentos	(87.621)	(119.189)	(134.579)
Aquisições do Imobilizado Intangível	(31.447)	(182.333)	(14.712)
	-	-	(13.563)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	283.150	429.211	73.919
Integralizações de Capital	186.435	367.227	252.067
Devolução de Capital	(102.503)	(137.234)	(127.883)
FATES	(95.675)	(95.675)	(50.265)
Juros ao Capital	294.893	294.893	-
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	(783.856)	325.242	(1.496.769)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	6.327.701	5.218.603	6.715.373
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	5.543.845	5.543.845	5.218.603
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(783.856)	325.242	(1.496.769)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo-Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016****Valores em reais (R\$)****1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA - SICOOB UNIBV** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **10/09/1996**, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZÔNIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIBV** não possui postos de Atendimento (PAs). A sede do SICOOB UNIBV está localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 2001, Centro, Boa Vista - RR.

O **SICOOB UNIBV** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela conselho de administração em **02/03/2018**.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e

Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

4. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, as disponibilidades estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	182.814	29.062
Depósitos Bancários	24	103.317
TOTAL	182.838	132.379

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título de Renda Fixa	-	261.488
TOTAL	-	261.488

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017** e de **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	5.361.007	5.086.224
TOTAL	5.361.007	5.086.224

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	18.870	-	18.870	23.098
Empréstimos	5.556.735	3.023.708	8.580.443	7.431.123
Títulos Descontados	42.661	-	42.661	202.721
Financiamentos	1.541.671	1.957.311	3.498.982	2.798.072
(-) Provisões para Operações de Crédito	(389.153)	(259.961)	(649.114)	(410.962)
TOTAL	6.770.784	4.721.058	11.491.842	10.044.052

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	-	-	-	-	-	439.466	-
A	0,50%	Normal	3.267.825	181.029	1.234.923	4.683.777	(23.419)	6.597.976	(32.990)
B	1%	Normal	2.861.814	553.879	1.501.102	4.916.795	(49.168)	1.900.913	(19.009)
B	1%	Vencidas	111.227	-	52.358	163.585	(1.636)	142.963	(1.430)
C	3%	Normal	378.331	232.346	440.512	1.051.189	(31.536)	357.717	(10.732)
C	3%	Vencidas	234.155	1.200	123.573	358.928	(10.768)	129.113	(3.873)
D	10%	Normal	16.845	4.304	-	21.149	(2.115)	19.950	(1.995)
D	10%	Vencidas	84.617	57	34.157	118.831	(11.883)	194.784	(19.478)
E	30%	Normal	30.130	16.407	-	46.537	(13.961)	-	-
E	30%	Vencidas	59.774	2.382	79.955	142.111	(42.633)	428.911	(128.673)
F	50%	Normal	76.554	6.007	8.424	90.985	(45.492)	18.879	(9.440)
F	50%	Vencidas	53.915	1.194	-	55.109	(27.555)	10.466	(5.233)
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	47	(33)
G	70%	Vencidas	319.306	90	23.978	343.374	(240.362)	119.175	(83.422)
H	100%	Normal	-	3.000	-	3.000	(3.000)	12	(12)
H	100%	Vencidas	143.579	2.007	-	145.586	(145.586)	94.642	(94.642)
Total Normal			6.631.499	996.972	3.184.961	10.813.432	(168.691)	9.334.960	(74.210)
Total Vencidos			1.006.573	6.930	314.021	1.327.524	(480.423)	1.120.054	(336.752)
Total Geral			7.638.072	1.003.902	3.498.982	12.140.956	(649.114)	10.455.014	(410.962)
Provisões			(533.889)	(28.194)	(87.031)	(649.114)		(410.962)	
Total Líquido			7.104.183	975.708	3.411.951	11.491.842		10.044.052	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	1.003.902	-	-	1.003.902
Empréstimos	1.579.146	3.030.008	2.986.257	7.595.411
Títulos Descontados	42.661	-	-	42.661
Financiamentos	464.893	1.076.778	1.957.311	3.498.982
TOTAL	3.090.602	4.106.786	4.943.568	12.140.956

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	44.341	138.230	-	182.571	2%
Setor Privado - Serviços	470.550	5.632.165	-	6.102.715	50%
Pessoa Física	489.011	5.323.998	42.661	5.855.670	48%
TOTAL	1.003.902	11.094.393	42.661	12.140.956	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	410.962	118.539
Constituições/Reversões	541.572	292.424
Transferência para Prejuízo	(303.420)	-
TOTAL	649.114	410.962

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	504.762	4,13%	696.712	6,66%
10 Maiores Devedores	3.649.145	29,89%	3.956.216	37,84%
50 Maiores Devedores	8.254.454	67,62%	7.699.069	73,63%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	994.183	1.074.569
Valor das Operações Transferidas no Período	303.420	-
Valor das Operações Recuperadas no Período	(35.477)	(80.386)
TOTAL	1.262.126	994.183

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2017 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 981.210 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	66.981	960
Rendas a Receber	27.358	44.489
Diversos (I)	11.518	254.858
Adiantamentos e Antecipações Salariais	798	-
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	607	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2.450	37.500
Títulos e Créditos a Receber	2.189	560
Devedores Diversos - País	5.475	216.798
(-) Provisão para Outros Créditos	(29.476)	(288)
TOTAL	76.382	300.018

(I) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas (I)	8.956	13.181
TOTAL	8.956	13.181

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e vale alimentação.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	651.319	544.311
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito	56.847	44.667
TOTAL	708.166	588.978

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	86.995	-	
Terrenos	384.990	384.990	
Edificações	75.000	-	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(2.750)	-	
Instalações	15.909	15.909	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(7.509)	(6.343)	
Móveis e equipamentos de Uso	46.829	64.526	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(26.633)	(47.409)	
Sistema de Comunicação	19.263	20.453	20%
Sistema de Processamento de Dados	81.080	77.695	10%
Sistema de Segurança	33.875	50.180	10%
Sistema de Transporte	30.923	30.923	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(111.410)	(121.080)	
TOTAL	626.562	469.844	

12. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	23.850	33.980
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(9.077)	(15.215)
TOTAL	14.773	18.765

13. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data dos demonstrativos contábeis, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	4.190.285	2.931.626
Depósito a Prazo	8.792.416	9.585.837
TOTAL	12.982.701	12.517.463

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Principais depositantes.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	715.724	5,72%	1.505.686	12,08%
10 Maiores Depositantes	4.864.466	38,87%	7.267.676	58,32%
50 Maiores Depositantes	9.955.946	79,56%	10.942.715	87,81%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(891.637)	(1.071.495)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(18.647)	(16.248)
TOTAL	(910.284)	(1.087.743)

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	-	45.104
TOTAL	-	45.104

15. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IOF a recolher	8.139	657
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	79	19
TOTAL	8.218	676

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (I)	61.051	50.457
Resultado de Atos com não Associados	34.625	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	38.241	14.686
TOTAL	133.917	65.143

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	-	1.723
Impostos e contribuições a recolher	29.553	24.682
TOTAL	29.553	26.405

d) Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	16.856	12.909
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	32.670	92.482
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	76.753	66.106
Provisão para Garantias Prestadas (IV)	42.384	15.887
Credores Diversos – País	7.516	7.142
TOTAL	176.180	194.526

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a saldo de conta salário, vinculado à prestação de serviço de pagamento.

(III) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(IV) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências”, tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016.

16. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIBV**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIBV** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2017** e de **2016**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	3.451.452	2.926.566
Quantidade de Associados	704	576

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **30%** (10% em 2016), utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **31/03/2017**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras para a reserva legal do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de **R\$279.688**.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	645.135	364.915
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	34.625	15.304
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	610.510	349.610
Destinações estatutárias	244.204	69.922
Reserva legal - 30% (10% em 2016)	183.153	34.961
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	61.051	34.961
Sobra à disposição da Assembleia Geral	366.306	279.688

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de Prestação de Serviços	141.006	30.267
Despesas Específicas de Atos não Cooperativos	(9.616)	(3.279)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos não Cooperativos	(78.404)	(14.995)
Adições e Exclusões ao Resultado não Operacional	(298)	11.911
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	52.688	23.903
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(8.467)	(4.031)
(-) Despesa de Contribuição Social Sobre o Lucro	(9.596)	(4.568)
Resultado de Atos Não Cooperativos (Lucro Líquido)	34.625	15.304

20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Receitas da Intermediação Financeira – Operações de Crédito

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	12.267	10.748
Rendas de Empréstimos	3.124.263	1.994.555
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.021	40.271
Rendas de Financiamentos	667.375	508.240
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	37.477	91.978
TOTAL	3.845.403	2.645.794

b) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de Água Energia e Gás	20.774	14.388
Despesas de Aluguéis	1.350	53
Despesas de Comunicações	71.064	63.734
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	8.995	14.603
Despesas de Material	15.132	14.983
Despesas de Processamento de Dados	75.384	38.319
Despesas de Promoções e Relações Públicas	3.259	9.730
Despesas de Propaganda e Publicidade	29.065	10.215
Despesas de Publicações	-	2.232
Despesas de Seguros	8.908	23.267
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	166.970	106.362
Despesas de Serviços de Terceiros	46.858	27.422
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	51.690	47.895
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	65.876	60.252
Despesas de Transporte	89.186	26.021
Despesas de Viagem No País	84.192	65.524
Outras Despesas Administrativas	395.131	302.939
Despesas de Amortização	3.991	2.857
Despesas de Depreciação	25.615	26.474
Despesas de Provisões Passivas	33.513	-
TOTAL	1.196.956	857.268

c) Outras Receitas Operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	32.307	43.355
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	500.301	724.420
Rendas Juros Cartão de Crédito	27.676	184.942
Crédito Receita Sipag - Faturamento	4.710	-
Crédito Receita Sipag - Antecipação	9.416	-
Outras Rendas Operacionais	65.797	70.759
TOTAL	640.207	1.023.477

d) Outras Despesas Operacionais

Descrição	2017	2016
Provisão para Garantias Prestadas	-	10.716
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	8.685	-
Perdas - Práticas Inadequadas	19.627	-
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	29	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	5.702
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	32.196	10.696
Multa e Juros Diversos	638	-
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	46	67
Cancelamento - Tarifas Pendentes	2.952	1.781
Contrib. Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	22.232	63.537
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	535	242
Bonificação de Seguro Prestamista	87	643
Estorno Juros Mora - Oper Crédito - Rpl	-	1.400
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	192	97
TOTAL	87.217	94.880

e) Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Ganhos de Capital	1.287	11.690
Outras Rendas não Operacionais	-	600
Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	(159)	-
Perdas de Capital	(1.426)	-
Outras Despesas não Operacionais	-	(379)
Resultado Líquido	(298)	11.911

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	119.811	0,38%	4
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.217.241	3,88%	1.266
TOTAL	1.337.051	4,27%	1.270
Montante das Operações Passivas	586.455	5,01%	

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	21.998	182	4%
Conta Garantida	15.406	154	3%
Empréstimo	201.569	1.913	3%
Financiamento	45.546	228	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	123.483	3,26%	0%
Depósitos a Prazo	1.041.920	11,85%	0,54%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,57%	de 1,80% até 3,40%
Financiamento	1,90%	de 1,60% até 2,10%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,81%	de 92% até 101%

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	161.748
Cédula de Presença	33.385
TOTAL	195.133

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA. - SICOOB UNIBV, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC BRASIL CENTRAL AMAZÔNIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIBV responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º .3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

24.1 - Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br), relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 – Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB UNIBV objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB UNIBV aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB UNIBV possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

24.3 – Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB UNIBV objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB UNIBV aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizada pelo BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB UNIBV possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 – Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB UNIBV objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB UNIBV aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	5.128.140	4.054.355
Capital Principal - CP	1.008.891	869.340
Nível I	1.225.082	1.055.627
Índice de Basileia %	35,58%	32,65%
Razão de Alavancagem (RA) %	23,57%	21,07%
Índice de imobilização %	12,28%	11,77%
Ativos Ponderados pelos Riscos	1.513.337	1.304.010

BOA VISTA-RR, 31 de dezembro de 2017.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

Edison Alfredo Campos Corleta
Diretor Administrativo-Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO